



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**Habeas Corpus nº. 0006079-59.2014.8.17.0000 (0339168-8)**

**Impetrante:** Joaquim Pinto Lapa Filho

**Paciente:** Aguinaldo Pedro de Lima

**Autoridade Coatora:** Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Carpina (Processo nº 0004061-47.2013.8.17.0470)

**ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**Relator:** Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**Procuradora de Justiça:** Maria Helena da Fonte Carvalho

**EMENTA:** Direito Constitucional, Penal e Processual Penal. *Habeas Corpus*. Paciente condenado pelo crime de tráfico de drogas. Alegação de constrangimento ilegal com a manutenção do decreto preventivo ao argumento de que, uma vez fixado o regime semiaberto, há incompatibilidade daquele com a prisão preventiva, dado que esta se dá no regime fechado. Tendo respondido preso ao feito, com a sentença condenatória, não é razoável conceder-se liberdade, uma vez que é possível a execução provisória no regime fixado na sentença. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Ordem concedida. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0339168-8, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 18 / 06 / 2014, à unanimidade, em **conceder a presente ordem**, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.

**Des. Antonio Carlos Alves da Silva**  
Relator



59

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**Habeas Corpus nº. 0006079-59.2014.8.17.0000 (0339168-8)**

**Impetrante:** Joaquim Pinto Lapa Filho

**Paciente:** Aguinaldo Pedro de Lima

**Autoridade Coatora:** Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Carpina (Processo nº 0004061-47.2013.8.17.0470)

**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**Relator:** Des. Antonio Carlos Alves da Silva

**Procuradora de Justiça:** Maria Helena da Fonte Carvalho

**RELATÓRIO**

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Joaquim Pinto Lapa Filho em favor de **Aguinaldo Pedro de Lima**, com fulcro no art. 5º da Constituição Federal e nos arts. 647 e 648 do Código de Processo Penal. Foi apontada como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Carpina.

Relata o impetrante, em síntese, que, no dia 11 de novembro de 2013, o paciente foi preso em flagrante por ter em seu veículo um tablete de pasta base de cocaína, pesando aproximadamente 950 g (novecentos e cinquenta gramas), embora tivesse apreendido tal substância num veículo abandonado e fosse encaminhá-la para a Delegacia de Polícia, no intuito de registrar a ocorrência. Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

Tendo curso a ação, foi o acusado condenado à pena de 06 (seis) anos de reclusão a se iniciar no regime semiaberto, negando-se o direito de se recorrer em liberdade. Argumenta que, segundo entendimento dos tribunais superiores, o regime semiaberto seria incompatível com a prisão cautelar e, além disso, inexistiria necessidade de segregação do paciente.

Com essas alegações, requer que seja concedida ordem de *habeas corpus* para o fim de revogar-se a prisão preventiva ou, alternativamente, dar início ao cumprimento do regime semiaberto, sem as restrições que a prisão preventiva impõe.

Há que se pontuar também que foram juntados os documentos de fls. 12/29.

Registrados, autuados e distribuídos, vieram os autos conclusos para apreciação do pedido liminar, o qual foi indeferido, consoante decisão de fls. 36/37.

Solicitadas informações à autoridade coatora, o magistrado as prestou através do ofício de fls. 45/46.



60

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Aduziu, em síntese, que o paciente foi preso em flagrante, no dia 11 de novembro de 2013, por ter praticado a conduta prevista no art. 33, *caput* da Lei nº 11.343/2006.

O acusado foi condenado a uma pena de 06 (seis) anos de reclusão a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto. Em 21/05/2014, o apenado opôs embargos de declaração, visando a modificação do regime de cumprimento da pena, recurso que fora rejeitado.

Complementou a autoridade impetrada, ainda, que, no momento, aguarda-se o oferecimento de contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela defesa.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Maria Helena da Fonte Carvalho, apresentou parecer às fls. 52/54, opinando pela concessão da ordem para cumprimento do regime imposto na sentença.

É o relatório.

**VOTO**

---

Como exposto, o impetrante alega existir constrangimento ilegal por encontrar-se preso preventivamente, embora tenha sido condenado a cumprimento da pena no regime inicial semiaberto, o qual se incompatibilizaria com as restrições da prisão cautelar.

Pois bem.

O paciente restou preso durante todo o curso da ação penal, sendo a prisão igualmente mantida com a prolatação da sentença, visto persistirem as circunstâncias que autorizaram a respectiva decretação, mais ainda com a condenação, onde há um juízo de cognição exauriente.

A prisão do réu se faz necessária para garantia da ordem pública e para se assegurar a aplicação da lei penal, pois o delito executado em muito tumultua o meio social, incrementando o sentimento de insegurança e de impunidade que assola a sociedade.

No caso em comento, a sentença fixou o regime inicial semiaberto, não pode, contudo, o paciente aguardar todo o julgamento do recurso numa prisão provisória, a qual se dá no regime fechado, pois constituiria, de fato, um constrangimento ilegal, vedado em nosso ordenamento.

O impetrante argumenta que a jurisprudência pátria não admite que o apenado condenado a regime semiaberto recorra preso. No entanto, uma vez que há



61

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

uma condenação e, tendo o paciente respondido ao feito segregado, não é razoável, neste momento, conceder o direito daquele de recorrer em plena liberdade.

O paciente deve cumprir provisoriamente a pena no regime semiaberto, onde, com a devida observância das condições exigidas, pode se valer dos benefícios de tal regime, consoante apurado pelo Juízo das Execuções Penais.

Razoável a ponderação feita pelo Exmo. Ministro Rogerio Schietti Cruz, no julgamento do Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* nº 45.085/PI1:

**“Sem embargo, não vislumbro incompatibilidade entre o regime fixado e a prisão cautelar, visto que, a par das diferenças de fundamento de uma e outra prisão, o regime semiaberto se inicia com o recolhimento do condenado a um estabelecimento prisional, que somente passa a gozar de benefícios extra-muros (saídas temporárias, trabalho externo, etc), com a análise objetiva e subjetiva dos requisitos previstos na LEP, em decisão do Juízo da Execução Penal.**

**É dizer, quando alguém é condenado a cumprir pena no regime semiaberto, significa que ele será (ou permanecerá) preso e que, somente se cumprir os requisitos legais (por exemplo, bom comportamento e proposta de emprego), poderá deixar o presídio durante o dia e recolher-se novamente à noite.**

**Logo, cumpre-lhe, se assim o desejar, requerer no juízo próprio a execução provisória da sentença (artigo 2º, parágrafo 2º, da L. 7210/84), se já transitado, para a acusação, o decreto condenatório, de modo a poder progredir de regime e/ou obter benefícios que lhe permitam gozar, parcial ou totalmente, a postulada liberdade.”**

Citou, ainda, o Exmo. Ministro que as duas Turmas que compõem a Terceira Seção daquela Corte Superior já admitiram a compatibilidade entre a fixação do regime inicial semiaberto para o cumprimento da reprimenda e a manutenção da prisão cautelar, mencionando dois precedentes, os quais colaciono adiante:

**“RECURSO EM "HABEAS CORPUS". CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO TENTADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. REITERAÇÃO DELITIVA. COMPATIBILIDADE EM TRE A PRISÃO PREVENTIVA E**

<sup>1</sup> RHC 45.085/PI, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ Acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 13/06/2014)



62

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

REGIME SEMIABERTO, CUJO CUMPRIMENTO DEVE SER EM ESTABELECIMENTO ADEQUADO. PRECEDENTES.

1. A necessidade da segregação cautelar mantida na sentença condenatória se encontra fundamentada na garantia da ordem pública em face da periculosidade do recorrente, caracterizada pela reiteração da prática delituosa, mormente por ter perpetrado o delito enquanto cumpria pena por condenação definitiva, também por crime patrimonial.

2. **Esta Corte Superior orienta que há compatibilidade entre a prisão cautelar e o regime inicial semiaberto, fixado na sentença condenatória recorível, devendo, contudo, cumprir a respectiva pena em estabelecimento prisional compatível com aquele regime.**

3. Recurso em "*habeas corpus*" não provido. (RHC 43.774/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, 5T, DJe 28.4.2014).

*HABEAS CORPUS*. CRIME DE QUADRILHA E PORTE ILEGAL DE ARMA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. IMPROCEDÊNCIA. PEÇA QUE DESCREVE SUFICIENTEMENTE AS CONDUTAS ATRIBUÍDAS AO PACIENTE. PRISÃO CAUTELAR DECRETADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE E GRAVIDADE DO CRIME EVIDENCIADAS PELO MODUS OPERANDI. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. IMPROCEDÊNCIA. PRISÃO CAUTELAR E REGIMESEMI-ABERTO. COMPATIBILIDADE.

(...)

6. **"Não há incompatibilidade entre a fixação do regime semi-aberto e a manutenção da custódia provisória, desde que presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal"**

(HC 89.773/RJ, Relator Ministro Nilson Naves, Relator para o Acórdão Ministro Paulo Gallotti, DJe 28/10/2008)7. Ordem denegada. (HC 196.010/BA, Rel. Ministro OGFERNANDES, 6T, DJe 3.8.2011)."

Em face do exposto, em consonância com o judicioso parecer ministerial, voto pela **concessão** da presente ordem, a fim de que o paciente possa recorrer no regime inicial fixado na sentença, o semiaberto.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014.

**Des. Antonio Carlos Alves da Silva**  
Relator